em que:

HL = habilitações académicas de base;

FP = formação profissional complementar relacionada com a área do lugar posto a concurso;

EP = experiência profissional traduzida no tempo de exercício efectivo de funções na área de actividade para que o concurso foi aberto;

b) Prova oral de conhecimentos, que visa avaliar as capacidades e aptidões dos candidatos face ao perfil de exigências da função;

c) Entrevista profissional de selecção, que visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo apreciados a capacidade de comunicação e expressão, o sentido crítico e a motivação para o exercício da função e será efectuada em simultâneo com a prova de conhecimentos.

11 — Classificação final — a classificação e ordenamento dos concorrentes resultante da aplicação dos referidos métodos de selecção será expressa na escala de 0 a 20 valores e será efectuada através da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AC + POC + EPS}{3}$$

em que:

CF = classificação profissional;

AC = avaliação curricular;

POC = prova oral de conhecimentos;

EPS = entrevista profissional de selecção.

12 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento modelo em folha normalizada, tamanho A4, dirigido ao presidente da Junta de Freguesia, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, para a Freguesia de São José da Lamarosa, Rua de Luís de Camões, Lamarosa, 2100-405 São José da Lamarosa, dentro do prazo fixado, devendo dele constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, morada e código postal);

b) Identificação do concurso a que se candidata e número e data do *Diário da República* onde foi publicado o aviso de abertura;

c) Habilitações literárias ou profissionais;

d) Situação face à função pública, com menção expressa da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo;

e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para a apreciação do seu mérito ou constituam motivo de preferência legal.

13 — O requerimento deverá ser obrigatoriamente acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte;

b) Certificado de habilitações literárias;

c) Fotocópia da carta de condução;

d) *Curriculum vitae*;

e) No caso de já ser funcionário, declaração passada e autenticada pelo serviço a que se encontram vinculados os candidatos da qual conste de forma inequívoca a existência e natureza do vínculo à função pública.

14 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

15 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos e a de classificação final serão afixadas, para consulta, na vitrina no edifício da Junta de Freguesia. Os candidatos serão notificados da classificação final obtida, nos termos dos artigos 66.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

16 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade de 1 de Março de 2000).

17 — Quotas de emprego para pessoas com deficiência:

a) O candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação que prevalece sobre qualquer outra preferência legal,

nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

b) Para efeitos de admissão ao concurso os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, sendo dispensada a apresentação imediata de documento comprovativo. Devem, ainda, mencionar no requerimento de admissão todos os elementos que possibilitem que o processo de selecção seja adequado, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão.

30 de Agosto de 2007. — O Presidente, *António Vaz da Venda*.
2611045530

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MAMEDE (LISBOA)

Deliberação n.º 1812/2007

No uso das competências da alínea *d*) do artigo 34.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o executivo da Junta de Freguesia de São Mamede, reunido em sessão extraordinária do dia 29 de Agosto de 2007, deliberou por unanimidade, nos termos do n.º 8 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, tendo em conta o processo de afectação de pessoal habilitado com o curso de administração autárquica previsto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/98, de 30 de Dezembro, nomear provisoriamente para o cargo de assistente administrativa, com a remuneração de € 650,23, escalão 1, índice 199, Lúdia de Fátima Pereira Couto, que irá ocupar o lugar criado e não provido, devendo a mesmo tomar posse do respectivo cargo no prazo de 20 dias contados da publicação da presente deliberação no *Diário da República*.

30 de Agosto de 2007. — A Presidente, *Ana Bravo de Campos*.
2611045478

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ANADIA

Aviso n.º 17 139/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação do conselho de administração tomada em reunião ordinária de 16 de Março de 2007, foi renovada a comissão de serviço pelo período de três anos do chefe da Divisão Administrativa e Financeira João Paulo Almeida Anjos.

31 de Agosto de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Litério Augusto Marques*.

2611045533

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 17 140/2007

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração de 9 de Agosto de 2007, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concursos internos de acesso geral para provimento dos seguintes lugares do quadro de pessoal destes Serviços Municipalizados:

Referência n.º 1 — um lugar de mecânico de instrumentos de precisão principal, do grupo de pessoal operário altamente qualificado;

Referência n.º 2 — um lugar de operador de estações elevatórias, de tratamento ou depuradoras principal, do grupo de pessoal operário altamente qualificado;

Referência n.º 3 — cinco lugares de canalizador principal, do grupo de pessoal operário qualificado;

Referência n.º 4 — cinco lugares de mineiro (captação de águas) principal, do grupo de pessoal operário qualificado;

Referência n.º 5 — dois lugares de pedreiro principal, do grupo de pessoal operário qualificado.

2 — Os concursos visam exclusivamente o provimento dos lugares postos a concurso.

3 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é:

3.1 — Referência n.º 1 — o previsto no anexo do Decreto-Lei n.º 144/2002, de 20 de Maio;

3.2 — Referência n.º 2 — o previsto no anexo do Decreto-Lei n.º 84/2002, de 5 de Abril;

3.3 — Referências n.ºs 3 e 5 — o previsto nos n.ºs 1 e 14, respectivamente, da alínea *f*) do despacho n.º 1/90, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990;

3.4 — Referência n.º 4 — o previsto na alínea *d*) do n.º 2.1 do despacho n.º 29-A/92, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 285, de 11 de Dezembro de 1992.

4 — O local de trabalho situa-se na área de actuação dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

5 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada, podendo ser entregue pessoalmente, na Secção de Pessoal destes Serviços Municipalizados, ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para a Rua de Tavares de Resende, 165, 9504-507 Ponta Delgada, dentro do prazo previsto no n.º 1.

5.1 — Dos requerimentos de admissão deverão constar obrigatoriamente:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, número, local e data de emissão do bilhete de identidade), número fiscal de contribuinte, residência, código postal e telefone;

b) Lugar a que se candidata, com referência ao *Diário da República* que contenha a publicação do presente aviso;

c) Habilitações literárias;

d) Habilitações e qualificações profissionais (cursos de formação e outros);

e) Identificação da categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal;

g) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos gerais de provimento em funções públicas.

5.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão no caso das alíneas *a*) a *d*), da seguinte documentação:

a) Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem, especificando o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço, na sua expressão quantitativa, reportada aos anos relevantes para efeitos de acesso na carreira;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementar e da respectiva duração em horas;

d) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte;

e) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito, ou que possam constituir motivo de preferência legal.

5.3 — Os funcionários pertencentes aos Serviços Municipalizados de Ponta Delgada ficam dispensados da apresentação dos documentos que constem do seu processo individual.

5.4 — A apresentação ou a entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

6 — Os métodos de selecção a utilizar serão, nos termos dos artigos 19.º, 20.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, uma prova de conhecimentos e avaliação curricular.

6.1 — A prova de conhecimentos será escrita, terá a duração máxima de duas horas e incidirá sobre as seguintes matérias:

Questões gerais e específicas inerentes ao conteúdo funcional da respectiva categoria;

Regime jurídico do quadro de competências e de funcionamento dos órgãos dos municípios e freguesias — Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

Regime jurídico de férias, faltas e licenças na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 117/99, de 11 de Agosto, 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, 169/2006, de 17 de Agosto, e 181/2007, de 9 de Maio;

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Duração e horário de trabalho — Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto.

6.2 — A não comparência para prestação da prova de conhecimentos equivale a desistência do concurso.

6.3 — A classificação final dos concorrentes, expressa numa escala de 0 a 20 valores, resultará da média das classificações parcelares obtidas pelos candidatos nos dois métodos de selecção aplicáveis, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

6.4 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos referidos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

8 — Os candidatos admitidos ao concurso constarão de relação a afixar na Secção de Pessoal destes Serviços Municipalizados, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do mesmo diploma legal.

9 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia e da hora da realização da prova de conhecimentos, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — A classificação final do concurso será notificada aos candidatos nos termos do artigo 40.º do referenciado Decreto-Lei n.º 204/98.

11 — O júri dos concursos terá a seguinte composição:

Presidente — Jorge Ferreira da Silva Nemésio, director-delegado. Vogais efectivos:

João Carlos do Monte Garcia, director do Departamento Técnico, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Maria Clotilde Barbosa Pacheco, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Selma Andrea Resendes Cordeiro, técnica superior de 2.ª classe. Rui Alberto Borges de Medeiros Freitas, encarregado geral.

30 de Agosto de 2007. — O Director-Delegado, *Jorge Ferreira da Silva Nemésio*.

2611045516

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 17 141/2007

Nomeação definitiva

Torna-se público que o conselho de administração destes Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em sua reunião de 29 de Agosto de 2007, deliberou, nos termos do artigo 4.º e ainda do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, nomear definitivamente o candidato classificado em 1.º e único lugar, Vítor Manuel Salvado Pires, no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar na carreira de tesoureiro, na categoria de tesoureiro especialista, conforme a lista de classificação final, afixada na Secção Administrativa de Pessoal destes Serviços Municipalizados em 7 de Agosto de 2007.

30 de Agosto de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Francisco Vale Antunes*.

2611045437